

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

2

3

4

III Congreso Nacional de Numismática, Barcelona, 27 febrero-1 marzo 1978, 2 vols. (separatas de *Numisma*, XXVII, 147-149, 1977; XXVIII, 150-155, 1978), Madrid, 1977-1978, 173 págs., ilust.; 621 págs., ilust.

O primeiro volume, publicado antes da realização do Congresso, é constituído por 11 trabalhos onde se pretende dar uma visão do estado actual da investigação numismática em Espanha. Contudo, na maioria dos artigos há uma evidente preocupação em citar os espécimes bibliográficos mais recentes, por vezes com pequenos comentários, descurando-se aspectos mais importantes, como seja a enumeração dos problemas e das perspectivas actuais da numismática em cada um dos seus sectores.

Entre as comunicações bem conseguidas podemos apontar, a título exemplificativo, as de Villaronga (moedas pré-latinas), de Barceló (moedas visigóticas) e de Mateu y Llopis (moedas do reino de Valência e de Maiorca).

Ferraro Vaz, apesar de afirmar no seu trabalho que a numismática portuguesa «ainda apresenta problemas a resolver e lacunas a preencher» (p. 149), limita-se a dizer o «que há muito está dito» (p. 152) sobre a numária de D. Pedro I, não comentando sequer as publicações mais recentes sobre moedas medievais portuguesas.

No segundo volume são recolhidas 39 comunicações livres que, pelo seu número, reflectem a importância que os estudos numismáticos têm já no país vizinho.

Entre este conjunto de artigos, há muito de real interesse como, por exemplo, a excelente comunicação de M. P. Garcia-Bellido, sobre as moedas com escrita indígena de Cástulo, e ainda os trabalhos de Villaronga, M. e F. Beltrán Lloris, Gurt Esparraguera, Chaves Tristan (apresentando um estudo metalográfico e metrológico dos ateliers da Ulterior no período imperial, utilizando, entre outras, 113 moedas de Eborá), Hiernard, etc..., no sector da numismática antiga. Para os períodos seguintes citemos, por exemplo, os trabalhos de Orol Pernas (particularmente importante para nós, uma vez que estuda um pretense dinheiro português de Afonso I, emitido em Coimbra), Domingo Figuerola e Balaguer, Villaronga e García Luján.

Num comentário final podemos afirmar que estes dois volumes são testemunho do êxito alcançado por este III Congresso de Numismática patrocinado pela Asociación Numismática Española.

R. M. S. CENTENO

Trésors Monétaires, tomo I, Paris, Bibliothèque Nationale, 1979, 110+ [II] págs., 26 ests.

Respondendo à exigência que, cada vez mais, se faz sentir do estudo científico dos achados monetários, a Bibliothèque Nationale de Paris inicia, com o presente volume, uma série consagrada à publicação dos tesouros de moedas descobertos em França, tendo confiado a sua direcção a Jean-Baptiste Giard.

Do prefácio deste volume inaugural, assinado por Giard, serão de reter as interessantes considerações sobre o conceito de moeda na Antiguidade e ainda sobre a interpretação, importância e problemática dos achados monetários.

Seguem-se seis estudos de desigual valor e extensão mas com a característica comum de tratarem tesouros de moedas romanas.

J.-L. Desnier faz uma breve introdução ao catálogo dum lote de 76 *denarii* republicanos do tesouro de Sauvessanges ocultado pouco depois de 36 a. J. C.

G. Aubin e P. Galliou estudam uma parte do tesouro de Kervian-en-Camaret constituído por *denarii* de Galba a Elagabalus e enterrado, provavelmente, durante o reinado de Severus Alexander. De assinalar as análises de 30 *denarii* cujos resultados são confrontados com os que S. Bolin apresenta (*State and currency in the Roman Empire to 300 A. D.*, Estocolmo, 1958, p. 210-11, quadro 17). Todavia, seria preferível a utilização dos dados, muito mais significativos, publicados por D. R. Walker em *The metrology of the Roman silver coinage*, 3 partes (BAR Supplementary Series, 5, 22, 40), Oxford, 1976-1977-1978.

De interesse é também o artigo de P. Bastien e R. Victor que a propósito dum tesouro de *duplos-sestertii* de Postumus, fazem algumas considerações sobre o final do entesouramento da moeda de bronze no Ocidente.

Nos dois estudos seguintes, um de M. Amandry e outro de G. Gautier são tratados dois tesouros de *folles* aparecidos em Seltz e no Col du Chat.

G. Depeyrot e M. Passelac assinam o último artigo que trata dum tesouro, datado de 355/356, e das moedas provenientes das escavações realizadas no lugar de L'Estrade. A abundância de numismas de Lugdunum e de Arelate no tesouro, juntamente com os elementos fornecidos pelo tesouro de Cahors-Saint-Georges (publicado por Depeyrot), permitiu aos AA. avançar com uma seriação cronológica das emissões do tipo *Victoriae DD Augg Q NN* nos dois ateliers gauleses.

Pelo seu conteúdo, este primeiro volume de *Trésors Monétaires* é, pois, importante para todo o investigador em numismática romana.

Assinale-se, finalmente, que a par do bom formato para este tipo de estudos, o volume apresenta uma cuidada impressão e ainda excelentes ilustrações.

R. M. S. CENTENO

ANTONIO MANUEL DE GUADÁN, *Las armas en la moneda ibérica*, Madrid, Editorial Cuadernos de Numismática, 1979, 102 + [II] págs., ilustr. + 14 ests.

Só um investigador como Antonio Manuel de Guadán, profundo conhecedor da numismática ibérica, poderia aventurar-se na elaboração dum trabalho deste tipo que é, indubitavelmente, uma importante contribuição para o estudo do armamento ibérico.

Após uma breve introdução histórica, o A. consagra os três capítulos imediatos ao fabrico das armas ibéricas, ao armamento utilizado pelas legiões romanas e à integração dos iberos no exército romano durante a República, mostrando um bom conhecimento do estado actual da investigação nestes capítulos.

No capítulo V (p. 31-55), são analisadas todas as armas ibéricas conhecidas a partir das fontes documentais e arqueológicas (exceptuando as moedas). É com surpresa que não vemos referenciados neste capítulo, alguns achados arqueológicos do Noroeste da Península como, por exemplo, as estátuas de guerreiros que são fundamentais para o estudo do armamento dos povos da região.

No capítulo VI (p. 57-88) são descritas todas as armas representadas nas moedas ibéricas. Esta é a parte mais relevante da obra, uma vez que, para além de divulgar algumas armas das quais não se possui qualquer testemunho literário ou arqueológico, põe à disposição de todos os estudiosos, não especializados em numismática, um manancial de documentos que, muito dificilmente, conseguiriam reunir.

Em último lugar, devemos fazer uma referência às excelentes fotografias e à atraente apresentação deste livro que inaugura uma nova colecção de trabalhos de numismática.

R. M. S. CENTENO

LEANDRO VILLARONGA, *Los tesoros de Azaila y la circulación monetaria en el Valle del Ebro*, Barcelona, Asociación Numismática Española, 1977, 65 folhas, ilustr.

Os tesouros de Azaila, descobertos por Cabré em 1920, nunca tinham sido suficientemente estudados até aos nossos dias. Mas, a publicação do catálogo das moedas e das fotografias correspondentes por Navascués (*Las monedas hispánicas del Museo Arqueológico Nacional de Madrid*, II, Barcelona, 1971, p. 41-56). permitiu a Villaronga, estudar de modo científico os tesouros e, ao mesmo tempo, dar uma visão do que seria a circulação monetária no Vale do Ebro, nos inícios do séc. I a. C.

No seu trabalho, o A. utiliza os mais recentes métodos matemáticos e estatísticos, aplicados aos achados monetários, praticamente desconhecidos ou ignorados pela grande maioria dos investigadores peninsulares. Assim, este estudo é constituído por elucidativos gráficos e quadros sabiamente comentados por Villaronga.

Entre os capítulos que mais nos impressionaram, devemos assinalar aquele em que se relaciona a percentagem de presença (relativa) das moedas de cada atelier e o coeficiente de moedas fabricadas com o mesmo cunho, com a distância a que estariam de Azaila, os diversos centros emissores (folhas 18-20). É também de referir, o capítulo consagrado ao estudo metroológico das moedas (folhas 21-27), através do qual o A. confirmou a existência de três grupos de moedas, obedecendo a padrões diferentes: o uncial reduzido, o semi-uncial de Ilirida e o semi-uncial reduzido característico dos ateliers pirenaicos.

Depois do estudo tipológico dos numismas, que poderia ser mais aprofundado, Villaronga avança com uma ordenação das emissões do Vale do Ebro (folhas 34-36) e, fundamentando-se em fontes arqueológicas, históricas e no tesouro de Balsareny, atribui o ocultamento do lote II de Azaila às guerras sertorianas de 80-72 a. C. (folhas 37-43), datação que M. Beltrán Lloris contestou recentemente (Cf. *Numisma*, XXVIII, 1978, p. 93-125), optando pelo ano de 49 a. C., altura da batalha de *Ilerda*.

No final deste trabalho, de grande utilidade e importância para todo o investigador em numismática ibérica, são reproduzidas algumas moedas, acompanhadas por ligeiros comentários.

R. M. S. CENTENO

LEANDRE VILLARONGA, *La amonedacion de Tarraco y su aspecto metrológico*, (separata de *Numismatica e Antichità Classiche — Quaderni Ticinesi*, vol. VI), Lugano, 1977, [18] págs., 3 ests.

Apoiando-se em numeroso material (mais de 3 centenas de moedas), o A. elaborou um interessante trabalho sobre as emissões monetárias de Tarraco. Depois de algumas considerações sobre legendas (muito duvidosa é a leitura C. AID no reverso da 9.^a emissão de Villaronga) e tipos dos numismas e da ordenação cronológica das emissões, o A. faz um estudo metrológico das moedas tarraconenses cujos resultados, confrontados com os já obtidos para as moedas de Emporion, Italica e Acci, sugerem que o sistema ponderal utilizado em Tarraco era semelhante ao de Roma: o peso do *sestertius*, de oricalco, coincide com o de Roma; as séries de bronze — incluindo-se aqui o *dupondius* que, ao contrário do que se verifica em Roma, é de bronze — apresentam, todavia, um peso um pouco inferior.

Termina o A. o seu artigo com um catálogo das emissões tarraconenses, ordenadas cronologicamente e ilustradas de modo suficiente.

Este trabalho, pela metodologia adoptada e pelo carácter sintético que apresenta, deverá ser um exemplo a seguir em estudos monográficos referentes a outros ateliers peninsulares.

R. M. S. CENTENO

JOAQUIM TORRES, *Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático — seriação cronológica e histórica* (separata de *Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio* vol. I, n.ºs 2 e 3, 1979), Santo Tirso, Câmara Municipal, 1979, 250 págs., 29 figs. + 70 ests.

Este trabalho, apesar dos inúmeros defeitos que tem, como veremos adiante, representa um enorme esforço do A. que conseguiu estudar 3465 moedas (não 3458 como se diz na p. 36) de um dos mais importantes tesouros augústeos encontrados na Península Ibérica que era constituído por mais de 5 000 moedas. É no catálogo das moedas que reside o interesse desta obra, uma vez que possibilitará um estudo científico do tesouro de Alvarelhos, já que ele não foi realizado por o A.

As 75 páginas iniciais são reservadas a assuntos, na maioria dos casos, desprovidos de interesse ou tratados de modo deficiente, em que o A. mostra um desconhecimento completo de como se deve estudar um tesouro monetário.

No primeiro capítulo (p. 15-32), em nosso entender demasiado longo, o A. fala-nos dos «limites» do castro e enumera alguns achados significativos (o objecto de metal de uma «armadura militar», p. 28, é um umbo de um escudo, cf. C. A. Ferreira de Almeida, *Revista da Faculdade de Letras*, IV-V, Porto, 1973-74, p. 207 e est. I, 3), sendo digno de nota o tesouro de 523 *denarii* (inédito), encontrado c. 1964 e de cronologia semelhante ao de 1971 (p. 30-31). O A. tece também algumas considerações sobre o castro, baseadas em prospecções pessoais, mas sempre pouco relevantes, para além de apoiadas em fotografias nada esclarecedoras.

No cap. intitulado «Alvarelhos — 1971» (p. 33-44) é historiado o achamento do tesouro, sendo também mencionados 7 lotes de moedas (total de 669 ex.) que o A. não teve possibilidade de estudar. O A. refere ainda que, além das moedas, o tesouro incluía pelo menos 9 bolas de prata com um peso total de 3228.2 g., sobre as quais faz considerações gratuitas ou erradas, portanto, sem qualquer interesse (p. 38-43). Se aceitarmos um peso teórico para a libra romana de c. 324 g. (M. H. Crawford, *Roman Republican Coinage*, II, Cambridge, 1974, p. 592), verificaremos que o peso total das bolas de prata ronda as 10 libras, apesar do peso de pelo menos 4 peças — para as quais o A. indica o peso individual — ser algo superior ao da libra, variando entre 354 g. e 382.3 g. Esta «obediência» ao sistema ponderal romano, parece indicar que estas peças não serão de fabrico indígena, o que é confirmado pela inscrição CAESAR gravada em 2 exemplares (figs. 19 a 22). Estas bolas são, talvez, o resultado da fundição de vários objectos de prata, saqueados pelos legionários, operação que seria frequente, pois, facilitava o transporte dos metais preciosos.

Não compreendemos o A. quando diz: «o peso unitário destas peças metálicas aproxima-se das Minas o que seria de grande interesse histórico» (p. 43), definindo como «Minas» um «peso antigo, grego, equivalente a 324 gramas...» (p. 43, nota 10). Nesta passagem, o A. mostra um desconhecimento completo acerca dos sistemas ponderais na Antiguidade, uma vez que são conhecidas minas com pesos distintos, mas nunca de 324 g. (p. ex. a mina ática de 436 g., cf. A. Beltrán, *Curso de Numismática*, I. Numismática antigua, clásica y de España, 2.^a ed., Cartagena, 1950, p. 72, e a mina assírio-babilónica, débil, com pesos entre 460 g. e 505 g., cf. L. Breglia, *Numismática antica. Storia e metodologia*, Milão, 1964, p. 118).

Na p. 38, o A. diz, sem exemplificar, que este tipo de peças é frequente em achados europeus, sobretudo espanhóis. Pela nossa parte, não conhece-

mos, para o período augústeo, qualquer tesouro peninsular com objectos semelhantes. Para períodos anteriores conhecemos alguns tesouros, como p. ex. o de Drieves (Guadalajara), c. 211-208 a. C. (cf. M. H. Crawford, *Roman Republican Coin Hoards*, Londres, 1969, n.º 107), com grande quantidade de bolas de prata, de pesos muitos variados (cf. J. San Valero Aparisi, *El tesoro preimperial de plata de Drieves (Guadalajara)*, Madrid, 1945, p. 90-91; veja-se também, as fotografias de algumas peças, em K. Raddatz, *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel von Ende des dritten bis zur Mitte des ersten Jahrhunderts vor Ch. Geb.*, Berlim, 1969, ests. 19-21).

No final deste cap. II, o A. faz ligeiras considerações sobre quem seria o proprietário do tesouro e ainda sobre uma possível existência de um «entrepósito comercial» ou de um «centro militar» para justificar a presença do tesouro. Ora, as bolas de prata parecem indicar que o tesouro pertenceria ao exército romano, mas o vaso de fabrico local onde estava guardado, leva-nos a pôr a hipótese de que ele teria passado para as mãos dos povos da região, talvez, como resultado de uma operação militar e ocultado pouco depois.

Nos dois capítulos seguintes (p. 45-68), perfeitamente despropositados, são resumidas as primeiras 52 páginas de *Portugal Romano* (Lisboa, 1973) de Jorge de Alarcão. Estas páginas não justificam comentários, mas permitimo-nos chamar a atenção para o início do cap. III, p. 45 onde se escreve que «foi no século II a. C. que os Romanos atingiram a Península Ibérica...», em vez de «foi no século II que os Romanos alcançaram o território actualmente português» (J. de Alarcão, *op. cit.*, p. 17).

A datação do tesouro é tratada nas páginas 69-71. O A. volta a abordar o problema do proprietário do tesouro, apontando três hipóteses muito discutíveis e infundamentadas (cf. *supra*, a nossa posição sobre este assunto). Com uma argumentação nada convincente, o A. não hesita em datar o ocultamento do tesouro em 26 a. A. (p. 70 e p. 231-232). Pelos vestígios de circulação que apresentam as moedas mais recentes (n.ºs 3424-3428 e est. LXVIII), datáveis de 27-26 a. C. (J.-B. Giard, *Bibliothèque Nationale. Catalogue des monnaies de l'Empire Romain*, I. Auguste, Paris, 1976, p. 159), o tesouro de Alvarelos terá sido escondido algum tempo depois (sobre os tesouros do período 29-19 a. C., cf. R. M. S. Centeno, *Conimbriga*, XVI, 1977, p. 95-99).

O cap. VI (p. 72-232) e um «Apêndice» (p. 233-238) são consagrados à catalogação das 3465 moedas (3458 *denarii*, 6 *quinarii* e 1 *sestertius*). As moedas são inseridas em 5 «grupos» (p. 72-74) elaborados pelo A., sem qualquer interesse para o estudo do tesouro.

Antes de fazermos uma apreciação do catálogo, permitimo-nos transcrever, sem comentários, o seguinte: «o que deveria sentir o homem rude

e inculto, de viver castrejo..., sem arquitectura e escultura, sem grandes artes decorativas...» (p. 74). O A. modificará, certamente, a sua opinião ao consultar, p. ex., A. Romero Masiá, *El habitat castreño*, Santiago, 1976 e M. Cardozo, *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento: secção de epigrafia latina e de escultura antiga*, 2.^a ed., Guimarães, 1972.

O catálogo das moedas apresenta muitas imperfeições de que passaremos a citar algumas:

- falta de uniformidade na descrição das moedas (compare-se, p. ex., as moedas n.^{os} 1-4 com as n.^{os} 5, 6 e 7);
- incorrecções na cronologia e na ordenação dos numismas (p. ex., às moedas n.^{os} 1-4, atribui-se a data 182-172 a. C. (?), quando Crawford, *Roman Republican Coinage*, n.^o 44/5, dá a datação 211 a. C.; as moedas n.^{os} 9-26 que o A. data, incompreensivelmente, de 145-126 a. C. mas que, segundo Crawford, *op. cit.*, n.^o 197/1a, são de 157-156 a. C., estão ordenadas entre a moeda n.^o 8, de 206-195 a. C. e as moedas n.^{os} 27-29, também de 206-195 a. C.);
- ausência de cronologia em algumas peças (p. ex., n.^{os} 5, 6, 7, 94-95, etc.);
- não indicação dos pesos, eixos e módulos das moedas, que pode ser justificada, para uma parte do material, pelas condições deficientes a que o A. se viu obrigado, ao estudar alguns lotes.

Uma parte das moedas republicanas é acompanhada por «pequenas notas históricas», de valor diminuto e habituais em trabalhos antigos ou antiquados, cotejadas da obra, já ultrapassada, de E. Babelon, *Description historique et chronologique des monnaies de la République Romaine* [...], 2 vols., Paris, 1885-6.

Para as moedas de Octavius / Augustus, o A. poderia ter consultado trabalhos mais recentes como o de J.-B. Giard, *op. cit.*, o que lhe daria a possibilidade de afinar a cronologia de algumas peças.

No «Apêndice» (p. 233-238) são descritos 21 *denarii* republicanos com defeitos de cunhagem. A nosso ver seria preferível a sua inserção no catálogo geral, seguindo a ordenação cronológica adoptada. Na p. 233, ao tentar justificar a existência das moedas incusas, o A. descreve erradamente a operação de cunhagem. Na verdade, o cunho móvel não é o do averso, mas sim o do reverso (cf. Crawford, *op. cit.*, II, p. 582-3 e a figura publicada por G. K. Jenkins em *Monnaies grecques*, Fribourg, 1972, p. 17).

A secção bibliográfica e as ilustrações das moedas também merecem alguns reparos. Nas p. 248-50, o A. apresenta um amontoado de obras, citadas de modo incorrecto e incompleto. Por outro lado, encontram-se citadas muitas obras de que não vimos vestígios da sua utilização em todo o livro (a título de exemplo, os trabalhos de M. Ramires, sobre o tesouro de Friume, de M. Saa, sobre as vias da Lusitânia, de F. Castelo Branco, sobre o culto de Diana em Portugal, etc. ...).

No final do livro são ilustradas 830 moedas. As fotografias são de razoável qualidade, mas com o inconveniente de não reproduzirem as moedas em tamanho natural, facto que é justificado, na p. 74, pelas condições deficientes em que foi elaborado este trabalho. No entanto, a utilização de uma escala teria solucionado o problema.

Antes de terminarmos estas linhas, que não pretenderam desencorajar os numismatas amadores na realização de trabalhos deste tipo, devemos agradecer a J. Torres esta publicação que, apesar de todas as imperfeições, é fundamental para a efectivação de um estudo científico do tesouro de Alvarelhos.

R. M. S. CENTENO

ALBERTO BALIL e RICARDO MARTIN VALLS, *Tesorillo de antoninianos en Honcalada (Valladolid)*, (Monografía del Museo Arqueológico de Valladolid, vol. 4), Valladolid, Museo Arqueológico de Valladolid, 1979, 48 + [IV] págs., 2 figs. + 3 ests.

Publicam os AA. 26 *antoniniani* dum tesouro aparecido em «Las Cañadas» a noroeste de Honcalada, lugar que, tendo em conta os mais diversos materiais arqueológicos recolhidos na área, terá sido ocupado, pelo menos, desde o séc. III ao séc. V.

Após uma descrição minuciosa das moedas, as mais antigas de Gordiano III (2 ex.) e as mais recentes de Galieno (1 ex.) e Salonina (1 ex.), datadas de 264-266, os AA. fazem algumas considerações sobre as cunhagens de cada imperador representado no tesouro, apoiando-se em numerosa bibliografia, mas nada avançando sobre o que actualmente se conhece sobre o assunto.

No capítulo imediato é comentada, de modo breve, a composição do tesouro, chamando-se a atenção, p. ex., para a preponderância das moedas

de Roma (22 ex.), apesar das peças mais recentes serem de Siscia e de Mediolanum, e para o facto do conjunto ser constituído por exemplares de boa lei e de bom peso.

Os AA. terminam o trabalho com algumas observações sobre as relações do tesouro de Honcalada com outros achados registados na Península Ibérica, concluindo que a sua formação e ocultamento terá acontecido cerca de 267.

Em apêndice é apresentado um inventário de tesouros e depósitos de moedas de bronze, *denarii* e *antoniniani* do séc. III.

R. M. S. CENTENO

CLAUDE BRENOT e JEAN-PIERRE CALLU, *Monnaies de fouilles du sud-est de la Gaule (VIe s. av. J. C.-Ve s. ap. J. C.): Glanum, Marseille, Novem Craris* (Centre de Recherches sur l'Antiquité Tardive et de Haut Moyen-Age. Cahier n.º III), Nanterre, Université de Paris X, 1978, 114 págs., 5 ests.

O estudo das moedas de escavações arqueológicas é uma tarefa difícil e morosa devido, quase sempre, ao seu mau estado de conservação e, muitas vezes, com resultados pouco encorajantes.

Brenot e Callu classificam e comentam 1749 moedas de três estações arqueológicas do sudeste de França. São publicadas, em primeiro lugar, 675 moedas das escavações realizadas por Henri Rolland em Glanum, sendo 252 ex., ou seja 37,33% do total, procedentes de Massilia. É também de referir a existência de 7 ex. da Península Ibérica (Minorca 5 ex., Obulco 1 ex., Belsinum 1 ex.), para além de mais 3 ex. catalogados no Apêndice I.

De Marselha são estudados dois conjuntos, um das escavações da Bourse, constituído por 427 moedas, outro das escavações de Saint-Victor com 412 peças. Nestes dois lotes a moeda imperial, nomeadamente do século IV, é preponderante.

Os AA. terminam o seu trabalho com a publicação de 235 numismas encontrados numa provável *mutatio* localizada em Novem Craris, sendo os mais recentes de data imediatamente anterior a 361. A partir dos dados fornecidos pela arqueologia e da análise do material monetário, os AA. levantam a hipótese da destruição, por incêndio, da *mutatio* por alturas de 360.

O material é insuficientemente ilustrado; apenas 5 estampas de qualidade razoável, onde são reproduzidas, em exclusivo, moedas de Glanum.

Estamos, pois, perante um trabalho sem grandes ambições, mas que em conjunto com estudos semelhantes, será fundamental para o conhecimento da circulação monetária na região.

R. M. S. CENTENO

MÁRIO GOMES MARQUES, *Moedas de D. Fernando*, Lisboa, 1978 (ed. do Autor)

O livro *Moedas de D. Fernando* de M. Gomes Marques é um marco importante na Numismática portuguesa. De facto, o Autor não se limita a um mero estudo descritivo da numária fernandina. Pelo contrário, procura inseri-la na conjuntura histórica que lhe é subjacente (Introdução e capítulo IV) e, como isso não seja suficiente, utiliza os novos processos de análise intrínseca das espécies monetárias, efectuados no Laboratório de Física e Energia Nuclear pelo eng.º Peixoto Cabral. Pena é que só uma parte mínima destas peças tenha tido a sua lei calculada pelo método Gordus (os reais de prata e os fortes — págs. 69 e 75, respectivamente). A análise exaustiva das moedas e a utilização do método comparativo levam-no a conclusões válidas quanto ao estudo dos vários numismas, emitidos por D. Fernando. Quero salientar ainda o § 3 da Introdução sobre as Casas da Moeda e toda a controvérsia que estas suscitam e o § 14 do cap. II sobre os Símbolos Monetários. A finalizar a obra, o A. oferece-nos um repositório de fontes já conhecidas e na maioria publicadas por Teixeira de Aragão e uma bibliografia actualizada sobre o assunto. Em apêndice, o leitor tem à sua disposição 54 estampas com boas fotografias das várias peças de ouro, prata e bolhão, emitidas ao longo do reinado fernandino.

O trabalho de Gomes Marques, além do aspecto didáctico, possui ainda o mérito de conter tudo quanto se sabe sobre a numária de D. Fernando.

No entanto o A. levanta problemas e tira conclusões com as quais me permito discordar. Não pretendo fazer uma crítica mas uma mera reflexão sobre o que a leitura atenta da obra me proporcionou.

Assim irei começar por uma referência breve a falhas que considero evitáveis. A existência de notas infrapaginais quer em relação aos AA. consultados quer ao texto quer às gravuras teria auxiliado muitíssimo o leitor. O mesmo se daria com a inclusão de um índice analítico e de uma referência

mais clara às moedas apresentadas nas 54 estampas. Teria sido muito útil a ligação texto-gravuras que o A. utilizou mas que ao leitor se torna difícil acompanhar, sobretudo a partir das barbudas pois é óbvio que estas se iniciam logo por um engano na apresentação das casas monetárias (Porto — est. 9 e Lisboa — est. 10) e respectivos conjuntos com o texto correspondente (págs. 118 e ss.). Creio que, por exemplo, os agrupamentos 5/6 e 6/6 da est. 10 corresponderão a 1/1 e 1/2 do texto (págs. 118-121). Daí que seja difícil ao leitor seguir a arrumação das gravuras com a explicação dada pelo A. O mesmo sucede no aditamento onde não houve a preocupação de guiar o leitor na observação das peças nem na sua relação anv.-rev.

No § 3 da Introdução geral, Gomes Marques estuda as casas da moeda, iniciando-o com o controverso significado das letras Q e QATP que aparecem em algumas barbudas. Embora não tenha leitura nem hipótese sobre ela, afigura-se-me um pouco inviável a tese proposta. A ligação da barbuda com o sinal Q à casa monetária de Samora (ou Zamora), devido ao «simples erro de alguns gravadores, menos familiarizados com o símbolo Q, que constaria dos esboços ou instruções escritas que lhes serviam de orientação» (pág. 31) é improvável, creio, face à hipótese de que a sua emissão provirá daquela cidade (pág. 128). A mesma dúvida se me põe, quanto à leitura das outras letras. É pouco verosímil também à luz do que se conhece sobre a corporação dos moedeiros para os finais do século xiv e o século xv, a hipótese do «carácter itinerante do exercício de funções de muitos dos mestres gravadores medievais» (pág. 33). Ele é um mesteiral pertencente à casa da moeda, chamado sempre que ela entra em laboração pelo que a sua itinerância é inconciliável com o seu regimento e funcionamento. A corroborar isto, está a própria lei de 1378 que, ao criar as casas da moeda de emergência a nível de alguns concelhos, afirma que todos os instrumentos próprios para o fabrico das espécies serão entregues nas oficinas de Lisboa e Porto (págs. 249-250) e toda a série de medidas, certamente tomadas pelo soberano, para evitar a falsificação das moedas, já de si tão frequente.

Quanto ao problema levantado com as siglas M e V, para as casas da moeda de Miranda do Douro ou Milmanda e Valença do Minho ou Valença de Alcântara, o A. propõe Miranda do Douro e Valença de Alcântara (págs. 33-34). Justifica Miranda como casa de emergência para suprir às carências em moeda da população cercada pelos castelhanos (pág. 34), se bem entendi. De facto afirma que «as condições impostas pela sua localização, com dificuldade de suprimentos vindos do Porto ou de Samora, podem ter justificado uma ordem régia para a fabricação local de numerário, não com finalidades de propaganda, mas antes para atender às necessidades dos habitantes». E mais à frente, acrescenta, segundo me parece, um pouco

contraditoriamente: «No mesmo sentido, depõe também a raridade dos graves marcados com a letra M, facto que encontra a sua mais lógica explicação na paragem temporária da actividade da casa da moeda que utilizava tal assinatura. Essa paragem, situada exactamente no período de maiores despesas para o erário e quando mais se impunha a produção de uma espécie muito lucrativa, só se justifica pela impossibilidade dos lavramentos em nome do rei de Portugal, motivada por ocupação dos castelhanos» (pág. 34).

Se concordo quanto à localidade, discordo no que respeita à hipótese. Pelo contrário, creio (embora seja, também, apenas uma hipótese) que os pilartes e graves de Miranda do Douro respondem à lei de 1378 e à recolha das barbudas de PORTO («E quando os concelhos q̄ deuẽ mandar laurar a dicta moeda, nos lhe mãdaremos dar as casas e os outros apostamētos que som p̄r (proprios) e pertencem pera fazer moeda em as dictas cidades de Lixboa e do Porto) (págs. 249-250). Julgo que o mesmo se passará com Valença do Minho (e talvez não Valença de Alcântara), pois é no norte do reino que as espécies a recolher circulariam em maior quantidade. Além disso, o período de recepção era mínimo (de 1 a 8 de Abril), se atendermos ao fabrico e distribuição pelos concelhos, a fim de estes procederem à recolha de umas e entrega dos novos dinheiros, expressão que me parece estar usada *lato sensu*, podendo, por isso, eventualmente querer referir barbudas, graves e pilartes e não os vulgares dinheiros. Não creio que os povos aceitassem a espécie mais pobre em circulação com o valor de uma mealha, segundo Fernão Lopes.

Também me não parece que o castelo no reverso de alguns torneses indique a oficina monetária (págs. 35, 87-88). Pelo contrário, comparando-os com os bolhões de Pedro I de Castela, onde ele simboliza Castela, ou a moeda emitida por João de Lencastre, casado com a infanta D. Constança, leva-me a afirmar que esse castelo representa a soberania sobre o reino vizinho a que D. Fernando, tal como o príncipe inglês, se candidatava, além de que ele se distingue perfeitamente do farol (ver est. 8) e que o A., ao estudar os torneses atípicos, refere (págs. 106-107).

Na II parte, ao analisar detalhadamente as várias espécies, o A. distingue os fortes dos reais de prata, com o que estou de acordo. No entanto, discordo da localização cronológica proposta, entre os reais com F coroados e os reais de FR (pág. 75). Creio que os fortes ou torneses de prata teriam pertencido, juntamente com as dobras pé terra, às emissões anteriores à guerra e continuadoras dos lavramentos de D. Dinis e D. Pedro. Comparando, como o A. o fez, o tornês fernandino com o dionisino, nota-se uma evolução lógica do tipo que não se compreende numa espécie intermédia, entre dois tipos de uma inovação monetária que colocava Portugal enfeu-

dado à tipologia da prata castelhana. Julgo que o real de prata é um lançamento proveniente da candidatura ao trono de Pedro I, sendo, por isso, uma moeda de guerra, facto que é corroborado pela legenda de alguns deles: FERN(ANDVS : R)EX : PORTVGALI : E : AGARBI :ED, ou seja, Fernando, rei de Portugal e do Algarve e senhor (et dominus) (pág. 63), e pelos brancos com a legenda «Fernandvs rex Portvgale Samore e» ou «Fernandvs rex Zamora e» (págs. 78-79).

Segundo Gil Farrès, os brancos de Samora teriam sido lavrados em Zaragoza por ordem do rei de Aragão, em 1370 (O. Gil Farrès, *Historia de la moneda española*, 2.^a ed., Madrid, 1976, pág. 354), daí a sua semelhança com as duplas brancas e brancas castelhanas de Pedro I (*Id.*, pág. 348).

Os torneses de busto de que o A. não vê a fonte inspiradora, revelam nítida influência dos dinheiros daquele soberano em que este aparece com o busto de frente e dos cruzados de Henrique II com busto à esquerda, lavrados em 1369 (*Id.*, págs. 348-351).

Os dinheiros são agrupados pelo A. num tipo único, inserindo neste os dinheiros de rosetas e os de estrelas (pág. 168). Creio que eles pertencem a dois tipos diferentes, continuando estas a mesma simbologia das espécies, lavradas pelos reis anteriores, enquanto que aquelas se integram na numária fernandina, pertencendo, portanto, a um posterior lavramento. Será legítimo propôr-se o fabrico de dinheiros para Lisboa e Porto a partir de uma base tão frágil como é a do início da legenda do reverso, se atendermos à arbitrariedade encontrada para os dinheiros dos outros soberanos, quando só funcionava a casa monetária de Lisboa?

De grande fragilidade histórica apresenta-se-nos o capítulo sobre a política monetária de D. Fernando e as considerações que tece sobre a conjuntura económico-social, não chegando tão pouco a fundamentá-las. Cada época tem a sua leitura própria e é um erro tentar ver o passado com os olhos do presente.

Se esquecermos este «se não» e atendermos ao estudo numismático das moedas fernandinas, levado à exaustão de que é exemplo o cap. dos símbolos monetários, o trabalho de Gomes Marques é, pelo método usado e busca de rigor científico, um marco importante e inovador no campo da numismática portuguesa.

MARIA JOSÉ P. FERRO

JORGE BARBOSA, *A Póvoa de Varzim na Medalhística*, Porto, Clube dos Aderentes da Medalha, 1978, 60 págs., ilustr.

Sem abandonar o âmbito local a que dedicadamente se vem consagrando (Vd. *Emendas inéditas do P.e José Joaquim Martins Gesteira às suas «Memórias Históricas da Villa da Póvoa de Varzim»*, o laborioso e bem documentado *Toponímia da Póvoa de Varzim*, iniciado em 1967 e ainda em publicação e *Breve história da devoção a Nossa Senhora das Dores na Póvoa de Varzim*, entre outros trabalhos) oferece o A. nova e valiosa contribuição, dirigida, desta feita, ao lato público de coleccionadores entusiastas e atentos estudiosos da Medalhística.

Assinale-se a louvável intenção pedagógica de nos apresentar nas páginas iniciais, apoiado numa bibliografia na qual justo é que se destaque os nomes de Artur Lamas, Alexandre Ferreira Barros e Abílio Marques Pinto, uma «breve resenha histórica e de divulgação sobre medalhística», segundo as suas próprias palavras. Aí se inclui a transcrição de alguns esquemas classificativos, entrando todavia o A. na matéria que é o seu objectivo central, o «registo das Medalhas Comemorativas relacionadas com a Póvoa de Varzim», sem nos dizer qual o modelo adoptado. Supõe-se que a proposta de A. Lamas terá sido a preferida, pelo modo largo como albergou sob a mesma designação geral uma variedade de vinte e três espécies. Tal conjunto mereceria um tratamento organicamente mais lógico, justificando-se a escolha de um título genérico de *Medalhas Evocativas*, desdobrável nos grupos das *Comemorativas* (o mais numeroso), de *Homenagem* («Ao Prof. Doutor Freitas do Amaral» e, de certo modo, as do «Centenário do Nascimento de Rocha Peixoto» e «25.º Aniversário da Capela Marta») e de *Divulgação* («Moinhos de Portugal — Póvoa de Varzim»), acompanhando assim de perto os pareceres de Hélder A. Torres e Vasco Costa.

Deixando o critério da finalidade da emissão e passando ao temático, teria sido igualmente clarificador, quanto a nós, remeter para uma parte final, em jeito de apêndice, aquelas espécies cuja inclusão neste arrolamento só marginalmente se entende, pois comemoram realizações culturais e reuniões de carácter científico ou político a nível nacional e internacional levadas a cabo no burgo poveiro.

Uma outra dúvida nos surgiu, ao vermos o A. limitar o seu «cadastro» — como lhe chama — à classe das «comemorativas». É que parecerá, pela explicação dada em nota, que a *Medalha de Reconhecimento Poveiro* é a única «de galardão e recompensa» relacionada com a movimentada praia norte-

nha, quando é certo existir, pelo menos, mais uma espécie, aliás interessante: a que Ignacio Alves de Brito gravou para a «COMMISSÃO DOS FESTEJOS POVOA DE VARZIM», em prata e cobre, destinada «AO MÉRITO» dos vencedores das provas desportivas realizadas em 16 de Setembro de 1894 e que ostenta «um escudo tendo uma roda de velocipede e um bonet joquey» (Cf. Alexandre José dos Santos Leitão, *Collecção Numismatica. Medalhas e Condecorações Portuguezas e Estrangeiras Referentes a Portugal*, Porto, Typographia Central, 1897, págs. 125-126, n.ºs 409 e 410).

Ainda no plano metodológico notemos que seria talvez mais rigoroso ordenar as medalhas seguindo cronologicamente não a data do evento comemorado, como fez o A., mas sim a da emissão, evitando-se deste modo confusões e até anacronismos de natureza estética (Cf. as espécies que dizem respeito ao «Milénario» e à «Elevação a Cidade»).

É pena que ao esforço de descrição tecnicamente exaustiva, a que o A. não se furtou, não corresponda, como se exigia, a qualidade do aspecto gráfico (impressão por duplicador), sendo mais sensivelmente afectadas as ilustrações.

Trabalhos como este têm, estamos em crer, um duplo mérito: carregam materiais para o estudo da obra dos que se dedicam a este género de produção artística e constituem uma achega para o repositório de elementos iconográficos relativos ao património cultural de uma terra.

Assim se torna possível, por um lado, aplaudir a marca de autores que se chamam Cabral Antunes («Centenário do Nascimento de Rocha Peixoto»), Vasco Berardo («Moinhos de Portugal—Póvoa de Varzim») e Isolino Vaz («Centenário do Caminho de Ferro»). E, por outro lado, sublinhar o valor documental de várias das medalhas reunidas, sob aspectos e com interesse tão diversos como os da divulgação do brasão municipal (representado em onze espécies) e dos emblemas de associações locais («25.º Aniversário do Clube Desportivo da Póvoa» e «Centenário dos Bombeiros Voluntários»), do testemunho de alguns edifícios e monumentos (v.g. os Paços do Concelho e o mon.º ao Cego do Maio, nas de «Elevação a Cidade» e «XII Congresso dos Bombeiros Portugueses», respectivamente) e da propaganda da riqueza etnográfica da região (Cf. o já referido «Moinho» e, em particular, as tão famosas siglas, no reverso da «Comemorativa das Festas de S. Pedro»).

Porto, Junho de 1979

AGOSTINHO ARAÚJO